

Anexos

1 Nota técnica

1.1 - Sobre o indicador “Proporção de estudantes em cada série do ensino fundamental com idade superior à recomendada” no Capítulo de Educação.

Nas reuniões de estatísticos no âmbito do Mercosul e Eurostat, são consideradas defasadas as crianças com idade cronológica superior em 2 anos ou mais à idade considerada adequada em cada série escolar. A chamada “tasa de sobreedad”, nesse caso calculada para os primeiros seis anos do nível elementar, relaciona a população com idade cronológica superior à recomendada para determinada série com a população total que assiste essa mesma série, respeitando-se as diferentes legislações e sistemas educacionais dos países.

A chamada taxa de defasagem idade-série apresentada até a Síntese de Indicadores Sociais 2004 era definida como a proporção de crianças de x anos de idade freqüentando séries anteriores àquelas recomendadas para sua idade sobre o total de estudantes de x anos. Assim, era considerada defasada a criança que freqüentava as séries não correspondentes e anteriores à sua idade cronológica, ou seja, as crianças de 7 anos de idade que ainda freqüentavam o pré-escolar; as crianças de 8 anos de idade que freqüentavam pré-escolar ou a 1ª série do ensino fundamental; e assim por diante.

Esse indicador, entretanto, apresentava algumas diferenças conceituais em relação às recomendações internacionais e ao próprio MEC. Por um lado, o critério de defasagem de apenas um ano inclui como defasadas as crianças que começam o ano na idade adequada àquela série, mas que fazem aniversário antes do último trimestre do

ano (período de coleta da PNAD). Nesse caso, uma mesma criança poderia aparecer com a idade recomendada àquela série no ato da matrícula (no início do ano), mas defasada de acordo com os dados da PNAD, gerando distorções.

Por outro lado, enquanto a taxa de defasagem adotada nas Sínteses de Indicadores Sociais era lida como “x% das crianças de y anos estão defasadas”, nas correspondentes “tasas de sobreedad”, do Mercosul e Eurostat, e na “taxa de distorção idade-série”, do MEC, a leitura é da forma “z% das crianças que freqüentam a série w estão defasadas”. Embora as duas leituras sejam formas alternativas de se visualizar o mesmo fenômeno, o enfoque é diferenciado. Além disso, tanto as taxas internacionais quanto a do MEC adotam como critério de defasagem a criança ter idade superior em no mínimo dois anos à recomendada para cada série.

Considerando que as estatísticas e indicadores calculados no IBGE tendem a seguir as recomendações internacionais, optou-se por adotar essa nova leitura de defasagem escolar nesta publicação, embora tal mudança implique na quebra da série histórica do indicador de defasagem escolar que vinha sendo apresentado até então.

1.2 – As tabelas 8.8, 8.9, 8.10, 8.11, 8.12, 8.13, 8.14 e 8.15 apresentam as características do idoso (população de 60 anos ou mais) no domicílio ao invés de na família, conforme vinham sendo apresentadas nas publicações anteriores à esta. A mudança foi feita em virtude de que a forma atual é mais abrangente do que a anterior.

2 Notas sobre a PNAD

O sistema de pesquisas domiciliares, implantado progressivamente no Brasil a partir de 1967, com a criação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, tem como finalidade a produção de informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País.

Trata-se de um sistema de pesquisas por amostra de domicílios que, por ter propósitos múltiplos, investiga diversas características socioeconômicas, umas de caráter permanente nas pesquisas, como as características gerais da população, educação, trabalho, rendimento e habitação, e outras com periodicidade variável, como as características sobre migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, nutrição e outros temas que são incluídos no sistema de acordo com as necessidades de informação para o País.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios teve início no segundo trimestre de 1967, sendo os seus resultados apresentados com periodicidade trimestral, até o primeiro trimestre de 1970. A partir de 1971 os levantamentos passaram a ser anuais com realização no último trimestre. A pesquisa foi interrompida para a realização dos Censos Demográficos 1970, 1980, 1991 e 2000.

Na década de 1970, os principais temas investigados na PNAD, além de aspectos gerais da população, educação, trabalho, rendimento e habitação, foram migração e fecundidade. Em 1974/1975, foi levada a efeito uma pesquisa especial, denominada Estudo Nacional da Despesa Familiar - ENDEF, que, além dos temas anteriores, investigou consumo alimentar e orçamentos familiares. Durante a realização do ENDEF o levantamento básico da PNAD foi interrompido.

As pesquisas realizadas na década de 1980 mantiveram inalteradas as características do levantamento básico, visando, com isso, a gerar uma série histórica de resultados. Ademais, a pesquisa básica incorporou a investigação da cor das pessoas, a partir de 1987, e a existência de rádio e televisão nos domicílios particulares permanentes, a partir de 1988. Por meio de pesquisas suplementares foram investigados os seguintes temas: saúde em 1981; educação em 1982; mão-de-obra e previdência em 1983; fecundidade feminina em 1984; situação do menor em 1985; anticoncepção, acesso a serviços de saúde, suplementação alimentar e associativismo em 1986; participação político-social e estoque de aparelhos utilizadores de energia em 1988; e trabalho em 1989 e 1990.

A pesquisa da PNAD de 1992, além de aspectos gerais da população, educação, trabalho, rendimento e habitação, agregou os temas suplementares: migração, fecundidade e nupcialidade. Esta mesma abrangência foi mantida em 1993 e 1995. Em 1994, por razões excepcionais, não foi realizado o levantamento da PNAD. Em 1996, para possibilitar a inclusão do tema suplementar mobilidade social, foram retirados dois tópicos (trabalho das crianças de 5 a 9 anos de idade e ensino supletivo) e um tema (nupcialidade) suplementares da pesquisa. Em 1997, além dos tópicos e do tema excluídos em 1996, foi retirado o tema mobilidade social. Em 1998, além do que foi pesquisado em 1997, foram incluídos o tema suplementar saúde e o tópico trabalho das crianças de 5 a 9 anos de idade. Em 1999 foi excluído o tema saúde e mantidos os demais aspectos pesquisados em 1998. Em 2001, em relação aos aspectos pesquisados em 1999, foi ampliado o conteúdo do tema domicílio e retirado o tópico trabalho das crianças de 5 a 9 anos de idade, uma vez que foi incluída pesquisa suplementar sobre trabalho das crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade. Em 2002, foram retirados os temas e aspectos agregados para a investigação da pesquisa suplementar sobre o trabalho infantil. Em 2003, além do que foi pesquisado em 2002, foram investigados o tema saúde e, para o contingente de 5 a 17 anos de idade, o tópico participação em programas sociais voltados para a educação. Em 2004, as modificações em relação ao que foi pesquisado em 2003 foram: a exclusão de três das quatro características de domicílios introduzidas em 2002, a retirada do tema saúde e do tópico participação em programas sociais voltados para educação e a inclusão do tópico complementar de educação e de acesso à merenda escolar, para o contingente de menos de 18 anos de idade, e dos temas segurança alimentar e acesso a algumas transferências de renda de programas sociais.

A partir da PNAD 1992, para captar determinados grupos de pessoas envolvidas em atividade econômica que, anteriormente, não eram incluídas na população ocupada, o conceito de trabalho tornou-se mais abrangente. O instrumento de coleta das informações da pesquisa foi estruturado de forma que possibilita, por meio da realocação das parcelas correspondentes à ampliação do conceito de trabalho, gerar resultados comparáveis com os obtidos nos levantamentos da PNAD anteriores ao de 1992.

A abrangência geográfica da PNAD vem se ampliando gradativamente. Iniciada em 1967, na área que hoje compreende o Estado do Rio de Janeiro, ao final da década de 1960 a PNAD já abrangia as Regiões Nordeste, Sudeste e Sul e o Distrito Federal. Reiniciada em 1971, nas áreas que abrangem o atual Estado do Rio de Janeiro, o Estado de São Paulo e a Região Sul, em 1973, já cobria as Regiões Nordeste, Sudeste e Sul, o Distrito Federal e a área urbana da Região Norte e das demais Unidades da

Federação da Região Centro-Oeste. Esta cobertura foi mantida até 1979. Em 1981, a abrangência geográfica da PNAD foi mais uma vez ampliada, passando a excluir somente a área rural da antiga Região Norte, que compreendia as seguintes Unidades da Federação: Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Para as pesquisas da década de 1990 e para as de 2001, 2002 e 2003, essa abrangência geográfica foi mantida, ou seja, a PNAD continuou a cobrir todo o País, com exceção da área rural dessas seis Unidades da Federação. Em 2004, a PNAD foi implantada na área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá e alcançou a cobertura completa do Território Nacional.

Em 1988, o antigo Estado de Goiás foi desmembrado para constituir os atuais Estados de Goiás e Tocantins, passando este último a fazer parte da Região Norte. Por razões de ordem técnica, estas alterações somente foram incorporadas a partir da PNAD 1992. Conseqüentemente, para os levantamentos da PNAD, realizados de 1988 a 1990, as estatísticas produzidas para a Região Norte não incluíram a parcela correspondente ao atual Estado do Tocantins, que permaneceu incorporada às da Região Centro-Oeste.

No período de 1992 a 2003, visando a manter a homogeneidade dos resultados produzidos, as estatísticas da PNAD apresentadas para a Região Norte referiram-se somente à sua parcela urbana, não agregando, portanto, as informações da área rural do Estado do Tocantins, única Unidade da Federação dessa grande região em que o levantamento não se restringiu às áreas urbanas. Entretanto, os resultados referentes ao Estado do Tocantins retrataram a sua totalidade, uma vez que agregam as informações das áreas urbana e rural. Ademais, as estatísticas apresentadas para

o Brasil foram obtidas considerando as informações de todas as áreas pesquisadas, representando, portanto, a totalidade do País, com exceção somente da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Em 2004, os resultados apresentados agregam as informações das áreas urbana e rural para todas as Unidades da Federação, Grandes Regiões e Brasil.

A comparação dos resultados da PNAD a partir de 2001 com os das décadas anteriores deve levar em conta que a classificação das áreas urbana e rural é feita de acordo com a legislação vigente por ocasião dos censos demográficos. Portanto, ainda que a legislação tenha alterado a classificação de determinadas áreas no período intercensitário, a definição estabelecida por ocasião do Censo Demográfico 1991 foi mantida para as pesquisas da PNAD realizadas de 1992 a 1999 e, também, a classificação vigente por ocasião do Censo Demográfico 2000 permaneceu para as pesquisas da PNAD deste década. Conseqüentemente, as estatísticas por situação urbana e rural não captam integralmente a sua evolução, sendo que as diferenças se intensificam a medida que os resultados obtidos se afastam do ano de realização do censo demográfico que serviu de marco para a classificação da situação do domicílio.

Na PNAD 2006, foram pesquisadas 410.241 pessoas e 145.547 unidades domiciliares distribuídas por todas as Unidades da Federação.

3 Grupamentos e subgrupos principais ocupacionais

Dirigentes em geral

- Membros superiores e dirigentes do poder público
- Dirigentes de empresas e organizações (exceto de interesse público)
- Gerentes

Profissionais das ciências e das artes

- Profissionais policientíficos
- Profissionais das ciências exatas, físicas e da engenharia
- Profissionais das ciências biológicas, da saúde e afins
- Profissionais do ensino (com formação de nível superior)
- Profissionais das ciências jurídicas
- Profissionais das ciências sociais e humanas
- Comunicadores, artistas e religiosos

Técnicos de nível médio

- Técnicos polivalentes
- Técnicos de nível médio das ciências físicas, químicas, engenharia e afins
- Técnicos de nível médio das ciências biológicas, bioquímicas, da saúde e afins
- Professores leigos e de nível médio
- Técnicos de nível médio em serviços de transportes
- Técnicos de nível médio nas ciências administrativas
- Técnicos em nível médio dos serviços culturais, das comunicações e dos desportos
- Outros técnicos de nível médio

Trabalhadores de serviços administrativos

- Escriturários
- Trabalhadores de atendimento ao público

Trabalhadores dos serviços

- Trabalhadores dos serviços

Vendedores e prestadores de serviços do comércio

- Vendedores e prestadores de serviços do comércio

Trabalhadores agrícolas

- Produtores na exploração agropecuária
- Trabalhadores na exploração agropecuária
- Pescadores, caçadores e extrativistas florestais
- Trabalhadores da mecanização agropecuária e florestal

Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais e de reparação e manutenção

Trabalhadores da indústria extrativa e da construção civil
Trabalhadores da transformação de metais e de compósitos
Trabalhadores da fabricação e instalação eletroeletrônica
Montadores de aparelhos e instrumentos de precisão e musicais
Joalheiros, vidreiros, ceramistas e afins
Trabalhadores das indústrias têxteis, do curtimento, do vestuário e das artes gráficas
Trabalhadores das indústrias de madeira e do mobiliário

Trabalhadores de funções transversais
Trabalhadores das indústrias de processos contínuos e outras indústrias
Trabalhadores de instalações siderúrgicas e de materiais de construção
Trabalhadores de instalações e máquinas de fabricação de celulose, papel, papelão e artefatos
Trabalhadores da fabricação de alimentos, bebidas e fumo
Operadores de instalações de produção e distribuição de energia, utilidades, captação, tratamento e distribuição de água
Outros trabalhadores elementares industriais
Trabalhadores de reparação e manutenção mecânica
Polimantenedores
Outros trabalhadores da conservação, manutenção e reparação

Membros das forças armadas e auxiliares

Militares da aeronáutica
Militares do exército
Militares da marinha
Policiais militares
Bombeiros militares

Ocupações maldefinidas ou não-declaradas

Ocupações maldefinidas ou não-declaradas

4 Grupamentos e divisões de atividade

Agrícola

Agricultura, pecuária e serviços relacionados com estas atividades
Silvicultura, exploração florestal e serviços relacionados com estas atividades
Pesca, aquicultura e atividades dos serviços relacionados com estas atividades

Indústria

Indústria de transformação
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas
Fabricação de produtos do fumo
Fabricação de produtos têxteis

Confecção de artigos do vestuário e acessórios
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados
Fabricação de produtos de madeira
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel
Edição, impressão e reprodução de gravações
Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool
Fabricação de produtos químicos
Fabricação de produtos de borracha e plástico
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos
Metalurgia básica
Fabricação de produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos
Fabricação de máquinas e equipamentos
Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos
Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações
Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão e ópticos, equipamentos para automação industrial, cronômetros e relógios
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias
Fabricação de outros equipamentos de transporte
Fabricação de móveis e indústrias diversas
Reciclagem

Outras atividades industriais

Extração de carvão mineral
Extração de petróleo e serviços correlatos
Extração de minerais radioativos
Extração de minerais metálicos
Extração de minerais não-metálicos
Eletricidade, gás e água quente
Captação, tratamento e distribuição de água

Construção

Construção

Comércio e reparação

Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; e comércio a varejo de combustíveis
Intermediários do comércio, comércio e reparação de objetos pessoais e domésticos

Alojamento e alimentação

Alojamento e alimentação

Transporte, armazenagem e comunicação

- Transporte terrestre
- Transporte aquaviário
- Transporte aéreo
- Atividades anexas e auxiliares do transporte e agências de viagem
- Correios e telecomunicações

Administração pública

- Administração pública, defesa e seguridade social

Educação, saúde e serviços sociais

- Educação
- Saúde e serviços sociais

Outros serviços coletivos, sociais e pessoais

- Limpeza urbana e esgoto; e atividades conexas
- Atividades associativas
- Atividades recreativas, culturais e desportivas
- Serviços pessoais

Serviços domésticos

- Serviços domésticos

Outras atividades

- Intermediação financeira, exclusive de seguros e previdência privada
- Seguros e previdência privada
- Atividades auxiliares da intermediação financeira
- Atividades imobiliárias
- Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos sem condutores ou operadores e de objetos pessoais e domésticos
- Atividades de informática e conexas
- Pesquisa e desenvolvimento
- Serviços prestados principalmente às empresas
- Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais

Atividades maldefinidas ou não-declaradas

- Atividades maldefinidas ou não-declaradas

5 Coeficientes de variação, por tipo de estimativa e situação do domicílio, segundo o tamanho da estimativa - Brasil - 2006

Tabela 1 - Coeficientes de regressão, segundo o tipo de estimativa e a situação do domicílio - Brasil - 2006

Tipo de estimativa e situação do domicílio	Coeficientes de regressão	
	A	B
Pessoas	1 860,4943	(-) 0,4686
Urbana	967,1040	(-) 0,4216
Rural	297,3361	(-) 0,3030
Famílias e domicílios	2 655,0937	(-) 0,4878
Urbana	1 484,7427	(-) 0,4451
Rural	670,1589	(-) 0,3557

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

Tabela 2 - Coeficientes de variação, por tipo de estimativa e situação do domicílio, segundo o tamanho da estimativa - Brasil - 2006

Tamanho da estimativa	Coeficientes de variação (%)					
	Pessoas			Famílias e domicílios		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
1 000	73,1	52,6	36,7	91,4	68,6	57,4
2 000	52,8	39,2	29,7	65,2	50,4	44,9
3 000	43,7	33,1	26,3	53,5	42,1	38,8
4 000	38,2	29,3	24,1	46,5	37,0	35,1
5 000	34,4	26,7	22,5	41,7	33,5	32,4
10 000	24,8	19,9	18,3	29,7	24,6	25,3
20 000	18,0	14,9	14,8	21,2	18,1	19,8
30 000	14,8	12,5	13,1	17,4	15,1	17,1
40 000	13,0	11,1	12,0	15,1	13,3	15,5
50 000	11,7	10,1	11,2	13,6	12,0	14,3
100 000	8,4	7,5	9,1	9,7	8,8	11,2
200 000	6,1	5,6	7,4	6,9	6,5	8,7
300 000	5,0	4,7	6,5	5,7	5,4	7,5
400 000	4,4	4,2	6,0	4,9	4,8	6,8
500 000	4,0	3,8	5,6	4,4	4,3	6,3
1 000 000	2,9	2,9	4,5	3,1	3,2	4,9
2 000 000	2,1	2,1	3,7	2,2	2,3	3,8
3 000 000	1,7	1,8	3,2	1,8	1,9	3,3
4 000 000	1,5	1,6	3,0	1,6	1,7	3,0
5 000 000	1,4	1,4	2,8	1,4	1,5	2,8
10 000 000	1,0	1,1	2,3	1,0	1,1	2,2
20 000 000	0,7	0,8	1,8	0,7	0,8	(1)
30 000 000	0,6	0,7	1,6	0,6	0,7	(1)
40 000 000	0,5	0,6	1,5	0,5	0,6	(1)
50 000 000	0,5	0,5	(1)	0,5	0,6	(1)
100 000 000	0,3	0,4	(1)	0,3	0,4	(1)
200 000 000	0,3	0,3	(1)	(1)	(1)	(1)

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

(1) Não existe estimativa com dimensão maior que a anterior.